



**Estratégia**  
OAB

**1º SIMULADO**

**REPESCAGEM PARA A 2ª FASE DO**

**XXXI**

**EXAME DE ORDEM**

# DIREITO TRIBUTÁRIO

## PROVA PRÁTICO - PROFISSIONAL

### Informações gerais

- Essa prova é focada na 2ª fase do XXXII Exame de Ordem da OAB;
- A peça prática-profissional e as questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca do certame, a FGV;
- 5 horas é o tempo disponível para a realização da prova, incluso o tempo para preenchimento do caderno de textos definitivos, tente realizar este simulado respeitando este limite de tempo conforme ocorrerá no dia de seu exame.
- Se possível realize a transcrição dos textos respostas para um outro papel, respeitando o número de linhas, assim poderá exercitar o seu tempo.
- Esse simulado não é uma das rodadas de correção de peças e questões individualizadas, que serão disponibilizadas futuramente somente aos alunos que efetuaram a compra do nosso curso.
- Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir da aula em vídeo, sua peça e suas questões.
- A partir das 14h, os nossos professores iniciarão a Correção da Prova AO VIVO, no canal do Estratégia OAB no YouTube comentando e resolvendo todos os itens das questões. Aproveite para assisti-la AO VIVO e corrigir os erros.

Siga as nossas Redes Sociais

Estratégia OAB no YouTube  
[instagram.com/estrategiaoab](https://www.instagram.com/estrategiaoab)



### ATENÇÃO!

Esse caderno de prova é disponibilizado de maneira gratuita, para que os candidatos à 2ª Fase do XXX Exame possam praticar. Por isso, será importante para nós que você dê o máximo de publicidade a esse simulado. Envie para os seus amigos, mande em listas de e-mails, *WhatsApp*, etc. Assim, mais gente tem acesso a ele! => O objetivo é difundi-lo ao máximo!

O fato de o simulado ser gratuito, não significa que ele não seja protegido pela Lei de Direitos Autorais. A cópia ou distribuição não autorizada, sujeita o infrator às sanções previstas nos arts. 101 e ss. da Lei 9.610/1998.

# PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL

Rodrigo Martins

A empresa ABC Ltda. está sediada no estado Gama, onde tem seu único estabelecimento, e dedica-se à atividade de comercialização de móveis e utensílios domésticos. Em 2018 verificou a existência de débitos de ICMS - Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços não declarados, referentes aos meses de junho e julho do ano de 2017. Antes do início de procedimento administrativo ou medida de fiscalização, realizou o autolancamento do tributo, acrescido dos juros de mora e da correção monetária. Ocorre que o autolancamento foi efetuado por meio do “software” disponibilizado pela Fazenda do Estado, que calcula, automaticamente e sem possibilidade de exclusão, a multa sancionatória incidente sobre o pagamento extemporâneo do tributo. Por não concordar com essa multa, a contribuinte procurou a Fazenda do Estado, com vistas a excluí-la da cobrança, já que pretende impugná-la judicialmente em ação própria, mas não obteve êxito na solução do seu problema na esfera administrativa. Como Advogado(a) da contribuinte, elabore a peça adequada para garantir o pagamento unicamente do imposto devido, com base no direito material e processual pertinente. Utilize todos os argumentos e fundamentos pertinentes à melhor resposta. (Valor: 5,0)

*Obs.: a peça deve abranger todos os fundamentos de Direito que possam ser utilizados para dar respaldo à pretensão. A simples menção ou transcrição do dispositivo legal não confere pontuação.*

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	

1º Simulado Repescagem para a 2º Fase - XXXII Exame de Ordem – 23/01/21

17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	

1º Simulado Repescagem para a 2º Fase - XXXII Exame de Ordem – 23/01/21

48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	
61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	

1º Simulado Repescagem para a 2ª Fase - XXXII Exame de Ordem – 23/01/21

79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	
91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	

110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	
121	
122	
123	
124	
125	
126	
127	
128	
129	
130	
131	
132	
133	
134	
135	
136	
137	
138	
139	
140	

141	
142	
143	
144	
145	
146	
147	
148	
149	
150	



# Estratégia

OAB



## QUESTÃO 1

João é proprietário de um pequeno imóvel situado na zona de expansão urbana do Município ABC, onde está estabelecida a sua oficina mecânica. A área não é dotada de meio-fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais, abastecimento de água, sistema de esgotos sanitário, rede de iluminação pública, com ou sem posteamento para distribuição domiciliar, ou escola primária ou posto de saúde a uma distância máxima de três (3) quilômetros do imóvel em questão. Em janeiro deste ano João foi notificado do lançamento do IPTU do exercício de 2.013, pois no referido Município vigora a Lei nº 1.234/2019, que estipula um prazo decadencial de dez (10) anos para a constituição de créditos tributários. Com base nos dados apresentados, responda aos itens a seguir:

- a) Incide IPTU sobre o bem imóvel acima especificado?
- b) A lei municipal que disciplina o prazo decadencial possui algum vício? Fundamente.

*Obs.: o(a) examinando(a) deve fundamentar as respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.*

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	

20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	



# Estratégia

OAB

## QUESTÃO 2

No meio de uma pandemia ocasionada pela disseminação mundial de um vírus, situação que foi considerada em ato normativo competente como efetiva calamidade pública, o Presidente da República editou uma Medida Provisória instituindo empréstimo compulsório, que passará a incidir a partir do 1º dia do mês seguinte ao da sua publicação, com vistas a atender às despesas extraordinárias com a saúde pública, decorrentes dessa calamidade. Sobre a hipótese descrita, responda aos itens a seguir:

- a) O empréstimo compulsório pode ser instituído por Medida Provisória?
- b) Independentemente da resposta dada à questão anterior, o empréstimo compulsório deve observar os Princípios da Anterioridade de Exercício e da Anterioridade Nonagesimal?

*Obs.: o(a) examinando(a) deve fundamentar as respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.*

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	



# Estratégia

OAB

## QUESTÃO 3

O Município “A” ajuizou Ação de Execução Fiscal em face da pessoa jurídica Alfa Ltda., prestadora de serviço de transporte municipal, para cobrança da Taxa de Fiscalização de Funcionamento, que tem como base de cálculo o valor correspondente a 0,05% da receita operacional das pessoas jurídicas. Inconformada com a cobrança, a contribuinte pretende apresentar embargos à execução sem o oferecimento de garantia, conforme art. 914 do CPC. Sobre a hipótese descrita, responda aos itens a seguir:

- a) É possível fixar a base de cálculo da taxa em valor correspondente a 0,05% da receita operacional da pessoa jurídica?
- b) A Executada poderá opor Embargos à Execução Fiscal sem o oferecimento de garantia, conforme pretendido?

*Obs.: o(a) examinando(a) deve fundamentar as respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.*

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	

20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	



# Estratégia

OAB

## QUESTÃO 4

Diante de uma grave e iminente crise econômica ocasionada por uma pandemia, o governo federal publicou um Decreto aumentando a alíquota do II – Imposto sobre a Importação de veículos automotores e diminuindo a alíquota do IOF – Imposto sobre Operações Financeiras incidente sobre operações de crédito, com vistas a estimular o mercado interno. Com base no mesmo cenário o governo federal também diminuiu, por Decreto, a alíquota incidente sobre a CIDE/Combustíveis - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico relativa às atividades de importação ou comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados e álcool combustível. Sobre a hipótese descrita, responda aos itens a seguir:

- a) A alteração das alíquotas do II – Imposto sobre a Importação e do IOF – Imposto sobre Operações Financeiras pode ocorrer por meio de Decreto do Poder Executivo?
- b) A alteração da alíquota da CIDE/Combustíveis pode ocorrer por meio de Decreto do Poder Executivo?

*Obs.: o(a) examinando(a) deve fundamentar as respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.*

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	

19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Assinatura OAB: até a aprovação  
<http://bit.ly/Assinatura-OAB>